

Congresso

forte, meta de Marcílio

Da sucursal de
PORTO ALEGRE

Ao comentar ontem, em Porto Alegre, que quase a unanimidade dos deputados pedessistas é a favor de sua candidatura, e manifestar-se confiante na "formação tranqüila" de uma chapa pluripartidária para a futura Mesa Diretora da Câmara encabeçada por ele, o deputado Flávio Marcílio afirmou que a luta pelo restabelecimento de prerrogativas parlamentares suprimidas após 1964 ainda continua. "O ponto principal da minha plataforma permanece sendo a valorização do Legislativo, para que ele tenha as condições mínimas de representação, legislação e fiscalização", ressaltou Marcílio.

Em entrevista na Assembléia Legislativa, o parlamentar cearense — que está percorrendo vários Estados, em campanha — reiterou sua posição contrária à possibilidade de aprovação de projetos do Executivo por decurso de prazo. "A função precípua do Congresso é legislar e o decurso de prazo tolhe esta função", considerou Marcílio.

Flávio Marcílio considera ainda que dificilmente deixará de ser indicado pelo PDS para a presidência da Câmara, de vez que o outro eventual pretendente ao cargo, o deputado Haroldo Sanford, "não leva seu nome ao partido, de modo que hoje só há um postulante".

O parlamentar cearense disse que não discute se as oposições ou o PDS devem ter maioria na Mesa Diretora da Câmara, mas está convencido de que "ao partido majoritário cabe a presidência. E a Mesa deve ser pluripartidária, para ser efetivamente representativa de toda a instituição", ele entende que "o Palácio do Planalto não tem candidato", limitando-se a uma posição de observação.

Para Marcílio, um assunto que deverá ser bastante debatido no Congresso ao longo deste ano, embora sem caráter de prioridade, é a reforma da Lei de Segurança Nacional. "A LSN é acusada de ser representativa da ditadura. E a sua modificação teria a vantagem de colocá-la no processo de ordem democrática."

Evitando comentar as possibilidades de fusão dos pequenos partidos, "porque este é um problema deles", o candidato à presidência da Câmara manifestou-se favorável à eliminação dos percentuais mínimos de votação, que terão de ser alcançados por todos os partidos em 1986. Para ele, a exigência máxima que deve haver para a existência de um partido é que conquiste representação federal, nem que seja apenas um deputado. Ele manifestou-se esperançoso de que os líderes do PDS consigam estabelecer entendimentos com líderes de algum partido de oposição, para que o partido governista tenha assegurada maioria em plenário, para aprovação de seus projetos.